



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

| TÍTULO DO TRABALHO | | | |
|---|--|-------|----------------------|
| Limites da Mundialização: revisitando a especificidade da produção capitalista e a exploração-superexploração do trabalho | | | |
| AUTOR | INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO) | Sigla | Vínculo |
| Fernando Henrique Lemos Rodrigues * | Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri | UFVJM | Professor Assistente |
| RESUMO (ATÉ 20 LINHAS) | | | |
| <p>A partir do Livro I de “O Capital” de Marx (1867), sabe-se que o processo de produção capitalista é, essencialmente, produção de mais-valor. A essência do modo de produção capitalista é a criação de condições, objetivas e subjetivas, para que, em circunstâncias médias, o processo de trabalho permita a concretização tanto do trabalho necessário à reprodução material do produtor direto quanto de trabalho excedente (o mais-valor), em condições de ser apropriado, em dinheiro, por proprietários dos meios de produção (transformação do mais valor em lucro, isto é, realização). Quanto à produção de mais-valor, esta pode ser obtida ampliando-se o tempo de trabalho excedente (mais-valor absoluto) ou alterando-se a composição material da produção, reduzindo-se, em valor, o trabalho necessário (mais-valor relativo). Essa última forma só é possível graças à subsumção real do trabalho ao capital. Retomando a categoria superexploração do trabalho, desenvolvida por Marini em “Dialectica de la Dependencia” (1973), podemos observar que, a partir da produção de mais-valor relativo, o capital reproduz-se através de exploração e superexploração, quando observado da perspectiva da mundialização, em suas diferentes fases históricas. A reprodução das formas de exploração e superexploração, condicionada pelos dilemas do processo histórico de desenvolvimento do capital e por seu caráter necessariamente imperialista, acirrará as contradições do modo de produção capitalista, assim como demonstrará seus limites no processo de emancipação material da humanidade. Os estágios atuais do imperialismo e da crise do capital evidenciam a validade desse resgate histórico-teórico para o desnudamento da realidade concreta.</p> | | | |
| PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS) | | | |
| Mais-valor – Superexploração do Trabalho – Imperialismo | | | |
| ABSTRACT | | | |
| <p>In Marx’s “Capital”, Book I (1867), the process of capitalist production is, essentially, surplus value production. The essence of capitalist production mode is the creation of subjective and objective conditions to concretization of direct producer’s necessary work and, also, of exceeding work to be transformed in monetary profits, when in regular circumstances. The surplus value production can be obtained increasing directly the exceeding work time (absolute surplus value) or changing the material production composition, reducing in value, the necessary work (relative surplus value). This is only possible by real subsumption of work. Returning to Marini’s category of work superexploitation, presented in “Dialectica de la Dependencia” (1973), it’s possible to observe that capital reproduction reflects exploitation and superexploitation in mundialization process. The exploitation-superexploitation development, conditioned by historical dilemmas in imperialism will intensify capitalist production mode contradictions. Although it will uncover the limits of material emancipation below this production mode. The current imperialism and capital crisis stage will justify this historical and theoretical resumption for understanding concrete reality.</p> | | | |
| KEYWORDS | | | |
| Surplus value – Work Superexploitation – Imperialism | | | |

* Aluno do Doutorado em Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Mestre em Ciências Econômicas pela UNICAMP. O autor agradece as discussões junto a Fábio Antonio de Campos, Márcio Lupatini, Rogério Naques Faleiros e Vanessa de Oliveira Lima, sem as quais esse artigo jamais seria realizado. Os erros que insistem em permanecer são fruto das limitações do autor.

1. Introdução

O modo de produção capitalista cria seu mercado mundial a partir da estrutura colonial, engendrada durante a crise da sociedade feudal. Como afirmam Marx e Engels, no *Manifesto Comunista*:

“A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou enormemente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação. Este desenvolvimento reagiu, por sua vez sobre a expansão da indústria; e à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolviam, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e colocando num segundo plano todas as classes legadas pela Idade Média.”¹

A reprodução do modo de produção capitalista, entendida como generalização concomitante do desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção baseadas no assalariamento, pressupõe a existência de uma economia mundial na qual se enfrentavam potências coloniais e colônias. A acumulação de capital em escala ampliada traduziu-se em expansão do domínio do capital sobre o trabalho e na generalização de suas contradições. O acirramento dessas tendências contraditórias, progressivas e imanentes ao processo de valorização – entre as quais se destacam: concentração e centralização do capital, supressão dos trabalhos individuais e implantação do mercado mundial² – acarretam manifestações da crise estrutural do capital.³

Após a conquista da Revolução Industrial por outras nações, na conjuntura do limiar do século XX, o movimento dentro das tendências supracitadas, após severas manifestações de crise, sofrerá mudanças qualitativas. Nos termos de Lênin, em seu clássico *O Imperialismo*:

“La concentración ha llegado a tal punto, que se puede hacer un inventario aproximado de todas las fuentes de materias primas (por ejemplo, yacimientos de minerales de hierro) de un país; y aun (...) de varios países y de todo el mundo. No sólo se realiza este cálculo, sino que asociaciones monopolísticas gigantescas se apoderan de dichas fuentes. Se efectúa el cálculo aproximado de la capacidad del mercado, que las asociaciones monopolistas se ‘reparten’ por contrato. Se monopoliza la mano de obra capacitada, se contratan los mejores ingenieros, y las vías y los medios de comunicación – las líneas férreas en América y las compañías navieras en Europa y América – van a parar a manos de los monopolios. El capitalismo, en su fase imperialista, conduce de lleno a la socialización de la producción en sus más variados aspectos; arrastra, por decirlo así, a los

¹ MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto Comunista* [1848], 2010, p. 41.

² MARX, K. *El Capital: crítica de la economía política* – Tomo III [1894], 1976(b), cap. XV, p. 341.

³ O conceito de “crise estrutural” está desenvolvido em MANDEL, E. *O Capitalismo Tardio* [1972], 1982, pp. 375-387.

capitalistas, en contra de su voluntad y conciencia, a un cierto nuevo régimen social, de transición entre la absoluta libertad de competencia y la socialización completa.”⁴

Nessa era histórica se redefine o papel das agora jovens nações da América Latina, que passaram por todo o século XIX sob as vicissitudes dos processos de emancipação política formal. A região sofrerá a intensificação dos fluxos de capitais dos grupos que partilhavam o mundo em ramos de produção vinculados (direta ou indiretamente) à produção, sobretudo, de meios de subsistência e matérias-primas. Partindo-se da exigência de elevadas taxas de lucro, a acumulação forçava um lento processo de generalização de relações sociais de produção capitalistas. Tratava-se do movimento decisivo do fenômeno da dependência, gestado durante todo o século XIX quando os fluxos de capitais oriundos da Europa, em especial os ingleses, destinavam-se à região. É exatamente aproveitando-se das debilidades herdadas do passado colonial que as potências transformam as jovens nações em economias dependentes, através de uma articulação entre as elites coloniais e as burguesias européias. E é também e aproveitando-se da dependência que o modo de produção capitalista consolidar-se-á como um sistema imperialista, ainda que esse fator não seja o único nem o mais decisivo, potencializando a acumulação de capital e, ao mesmo tempo, acirrando suas tendências. Nesse sentido, afirma Marini em seu ensaio *A Dialética da Dependência*:

“...a dependência, [deve ser, FHRLR,] entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente dependentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe a supressão das relações de produção nela envolvida.”⁵

A partir da entrada do modo de produção capitalista em sua fase superior, as perspectivas das nações latino-americanas, condicionadas pelo movimento de modificação e recriação de formas ampliadas de dependência, devem enfrentar uma insuperável e colossal assimetria no sistema capitalista mundial, resultado da distinção dos processos históricos das potências capitalistas e das nações periféricas. É dessa assimetria que o regime do capital vai dispor tanto para seu movimento de acumulação quanto para as tentativas de negação de sua crise. A partir da consolidação do capitalismo como sistema imperialista, podem-se, inclusive, redefinir assimetrias e hierarquias, sem, contudo, negar as próprias relações de dominação e dependência que se estabelecem, e tornam-se cruciais para a reprodução ampliada do capital em escala mundial.

⁴ LENIN, V. I. “El Imperialismo, fase superior del capitalismo” [1917] in LENIN, V. *Obras Escogidas en 3 Tomos*, Tomo I, 1961, p. 381.

⁵ MARINI, R. M. “Dialética da dependência” [1973] in STEDILE, J. P. et al *Ruy Mauro Marini: vida e obra*, 2005, p. 141.

Nesses termos, a afirmativa de Caio Prado Jr. que caracteriza o imperialismo como “suicida que marcha seguramente para a sua consumação”⁶, só pode ser entendida, à luz do que afirmou Lênin, como a necessidade histórica de superação do estágio intermediário entre o *laissez faire* e a socialização integral, ou seja, do regime do capital em sua fase monopolista-financeira. A saída desse impasse, em que se desenrolam condições dramáticas de existência da humanidade, deve surgir, no entanto, das articulações possíveis e concretas que as classes trabalhadoras podem realizar com o desenvolvimento e evolução da crise do capital. A superação da dependência traduz-se em formas de ação para a construção do socialismo. Nas palavras de Marini:

“Essas formas de ação, como sabemos (...), não podem ser fruto de uma mera invenção, senão que têm que representar a expressão consciente do movimento espontâneo de luta de classes. (...) Anos de triunfos e derrotas do socialismo proporcionam uma ampla gama de experiências, cuja riqueza de nossa reflexão está longe de esgotar.”⁷

A serviço da necessária pesquisa das análises clássicas na busca do desnudamento da realidade concreta é que dirigimos esta presente intervenção, ainda que se concordemos que, iniciando a segunda década do século XXI, a riqueza de nossa reflexão esteja ainda mais longe esgotar, diante da ofensiva neoliberal e pós-moderna. A situação torna-se mais dramática nos anos recentes com o requentamento do discurso de um “novo desenvolvimentismo”. Para tanto, nosso argumento está dividido em quatro seções. A primeira busca, de maneira sintética, entender, a partir da leitura de *O Capital* de Marx, a produção capitalista essencialmente como produção de mais-valor e sujeita à manifestações de crise, as quais tem como fulcro a superprodução de capital. A segunda descreve de maneira sucinta a formação do mercado mundial e a sua transformação pelo imperialismo baseados no clássico ensaio de Lênin. A terceira, a partir da apreciação crítica das contribuições de Marini em *Dialética da Dependência*, concentra-se na exposição e na problematização do fundamento da dependência, a superexploração do trabalho e, portanto, na tese de que a reprodução das relações sociais de produção capitalistas constitui-se em um movimento que reproduz exploração e superexploração, quando observado no plano mundial. Uma quarta seção dedica-se a defender uma visão sobre o capitalismo contemporâneo a partir das três primeiras e se constitui em um encaminhamento para novas discussões, pesquisas e estabelecimento de novas hipóteses para elucidar as condições atuais de manifestação da crise do capital e seus possíveis desdobramentos na América Latina. Trata-se de evidenciar os limites da mundialização do capital e a exigência de superação do regime capitalista para a construção de condições de emancipação da humanidade.

⁶ PRADO Jr., C. *História Econômica do Brasil* [1945, 1970, 1976], 2006, p. 283.

⁷ MARINI, R. M. “Socialismo e Democracia” [1993] in STEDILE, J. P. et al *op. cit.*, 2005, p. 219.

2. Marx e a especificidade da produção capitalista

A crítica da economia política de Marx parte da circulação das mercadorias para desvendar o segredo da acumulação de capital no processo de produção do capital. Esse processo de produção resulta em uma acumulação progressiva que se alimenta da subordinação do processo de trabalho à valorização, entendida como a incorporação de mais-valor às mercadorias. Aquele nada mais é do que fruto do trabalho excedente realizado pelas classes trabalhadoras em irrefreável expansão do domínio do regime burguês de produção. A reprodução do capital, com a consolidação do regime capitalista, concretiza-se na transformação do mais-valor em capital através dos burgueses premidos pelas leis coercitivas da concorrência. Na busca por uma massa de lucro que dê suporte, simultaneamente, ao objetivo individual de enriquecimento (e, inclusive, sua expressão em diferenciação do consumo) e à ampliação da acumulação (fundamental para a expansão dos negócios, alcance de novos mercados e, portanto, para geração de mais lucro), os capitalistas reproduzem o capital em escala ampliada.

A produção de mais-valor pressupõe que haja uma subordinação do trabalho ao capital, ou seja, que a classe trabalhadora encontre-se em condições de ser explorada. Tal requisito é proporcionado com a expropriação das condições de sobrevivência dos trabalhadores com seu próprio trabalho. É somente desse modo que o dinheiro pode atuar como capital, isto é, pode transformar-se em meios de trabalho e força de trabalho, e extrair da última um mais-valor. Para tanto se utiliza do valor de uso específico da própria mercadoria força de trabalho⁸.

Tal valor de uso específico explicita-se na jornada de trabalho. Ao estabelecer-se um determinado contrato de trabalho, o trabalhador aliena sua capacidade de trabalho por um determinado período de tempo. Nesse intervalo, o trabalhador exprime sua habilidade de criar valores novos, a partir da força viva (física e mental) de seu trabalho, e consome produtivamente os meios de produção (o trabalho pretérito acumulado sob a forma de mercadorias que se prestam a produzir outras mercadorias), compostos de máquinas, equipamentos e matérias-primas.

“Corresponde al trabajo vivo apoderarse de esas cosas, despertarlas del mundo de los muertos, transformarlas de valores de uso potenciales en valores de uso efectivos y operantes. Lamidas por el

⁸ Para uma discussão sobre o valor de uso das mercadorias veja-se CARCANHOLO, M. D. “A importância da categoria valor de uso em Marx” in *Pesquisa e Debate*, v. 9, n. 2, 1998.

fuego del trabajo, incorporadas a éste, animadas para que desempeñen en el proceso las funciones acordes con su concepto y destino.”⁹

O capitalista, consciente da necessidade de explorar o trabalhador, buscará prolongar a jornada de trabalho acima do tempo necessário para produzir as condições materiais de existência do próprio trabalhador – é dizer: o valor correspondente aos produtos essenciais à sua reprodução, o chamado trabalho necessário. Esse prolongamento permitirá ao capitalista, obter produtos que representam, em valor, um trabalho excedente – vale dizer, produzir-se-á mais-valor. O processo de trabalho torna-se, portanto, sob o comando do capital, processo de valorização. Ou seja, no âmbito da produção conforma-se uma transação entre capitalista e trabalhador na qual o valor da força trabalho é distinto de sua capacidade de valorização.¹⁰

Esse fato é possível, sem violar a troca de equivalentes, porque, conforme dissemos, o trabalhador vende sua capacidade de trabalho por um período de tempo em troca de um pagamento e esse é aceito como forma de retribuição por uma jornada e, não, por toda a quantidade de valor produzida durante o período em questão. A remuneração do trabalhador deve, portanto, apenas permitir a aquisição de mercadorias consideradas socialmente indispensáveis para o trabalhador repor suas condições prévias ao processo de trabalho e iniciar um novo.

É a partir do consumo produtivo dos meios de produção durante a jornada de trabalho, que se criam mercadorias que contem em si as condições de sua reprodução, compondo-se de valor e mais-valor, vale dizer: valor transferido dos meios de produção, valor da força de trabalho e mais-valor. Considerado o processo de produção, os meios de produção tem seu valor determinado *ex-ante* e se transferem às mercadorias, constituindo-se em capital constante. A capacidade de trabalho tem, também, seu valor pré-determinado, estipulado em contrato. Todavia, tal capacidade se paga *ex-post*, com a sua própria utilização, como um capital variável. O mais-valor depende da capacidade de trabalho, mas não tem valor pré-determinado *ex-ante*, sua existência depende das condições particulares de produção, que permitam a concretização de um trabalho excedente. A transferência de valor do trabalho pretérito consumido e a agregação de trabalho novo dividido a ser dividido entre capital variável e mais-valor são a essência do processo de produção das mercadorias sob o modo de produção capitalista.

A realização de trabalho excedente obtida pelo prolongamento da jornada além da parte destinada ao trabalho necessário, Marx denominou de produção de mais-valor absoluto. Em termos

⁹ MARX, K. *El Capital: crítica de la economía política* – Tomo I [1867], 1975, cap. V, p. 222.

¹⁰ “El valor de la fuerza de trabajo y su *valorización* en el proceso laboral son, pues, dos magnitudes diferentes... (...) lo decisivo (...) [es] el *valor de uso específico de esa mercancía*, el de ser fuente de valor, y de más valor del que ella misma tiene.” Idem, *op. cit.*, 1975, cap. V, p. 234.

gerais, a existência do trabalho excedente, ou mais-trabalho, expresso em um mais-produto, concretiza a produção do mais-valor. O capital só pode recorrer à produção de mais-valor absoluto contando com a miséria da classe trabalhadora, promovida pela expropriação das condições materiais de sua existência, que transforma sua vida em vida com, e para, o capital.

A produção de mais-valor absoluto tem, destarte, como condição mínima a subordinação formal do trabalho ao capital. É dizer: a expropriação dos meios de produção, que constitui os trabalhadores como classe em condições de alienar sua capacidade de trabalho ao capitalista. Esse, por sua vez, está em condições de contratar trabalhadores mediante o pagamento de uma quantia em dinheiro. Essa quantia, o salário, torna-se a única maneira de garantir sobrevivência do trabalhador. Há, pois, uma dependência dos proprietários da força de trabalho em relação aos proprietários dos meios de produção no que tange à sua sobrevivência. Esse tipo de subordinação pode e deve, sob determinadas circunstâncias, se valer das condições proporcionadas por sujeições prévias ao regime capitalista, como, por exemplo, as formas surgidas no contexto da crise da sociedade feudal, nas situações de domínio senhorial diversas, nas relações escravistas etc. Todavia, para a existência do mais-valor deve, necessariamente, evoluir-se para relações mediadas por quantidades de dinheiro estipuladas em contrato. Deve haver, necessariamente, assalariamento. É esse que permite o desprendimento do capitalista em relação à sobrevivência ao trabalhador e, ao mesmo tempo, torna-o membro de uma classe, que contém membros passíveis de substituí-lo, ou seja, membros de um exército, de uma superpopulação, em números absolutos. O trabalhador torna-se o único e exclusivo responsável por sua subsistência e deve competir com os demais para conseguir se explorado. Apenas dessa maneira é o trabalhador que depende do capitalista e não o contrário. É essa condição que permite que a força viva do valor esteja à disposição da criação de valor e mais-valor. Como se origina somente da realização de um trabalho excedente sobre o trabalho necessário, a produção de mais-valor absoluto é a forma mais simples e explícita de se produzir mais-valor.

O movimento progressivo do capital, no entanto, obtém força para criar uma alternativa à forma mais elementar de produção de mais-valor, que se assenta no prolongamento da jornada de trabalho para além do trabalho necessário. “Puede aumentar la producción de plusvalor, esto es, plus-trabajo, *sin* ninguna prolongación ulterior o *independientemente* de toda prolongación ulterior.”¹¹ A essa forma, Marx denominou produção de mais-valor relativo.

A produção de mais-valor relativo pressupõe a capacidade de o capitalista reduzir, em valor, o conjunto de mercadorias necessárias à sobrevivência material do trabalhador. Esse processo depende da monopolização crescente das condições de extração de mais-valor, proporcionada pelo

¹¹ Idem, *op. cit.*, 1975, cap. X, p. 379.

desenvolvimento das forças produtivas. Sob tais condições, permite-se o controle da produção e introdução de progresso técnico e, assim, a desvalorização das mercadorias, inclusive a força de trabalho.

Reside aqui o antagonismo imanente da produção de mais-valor relativo: o capitalista aumenta a força produtiva do trabalho, ao introduzir inovações no processo de trabalho, incrementando, inclusive, sua mecanização. Aumenta-se a composição orgânica do capital, isto é, sua composição em valor. Amplia-se o capital constante e reduz-se o capital variável para cada soma de dinheiro transformada em capital. O capital nega trabalho vivo, incorporando trabalho pretérito. Mas, nega o trabalho vivo desejando reduzir o capital variável e ampliar o mais-valor. Esse fato ocorre porque a força de trabalho pode produzir, com uma mesma quantidade de trabalho, mais mercadorias. O trabalho novo divide-se, portanto, em mais mercadorias. Cada mercadoria produzida conterà em si uma quantidade reduzida de novo valor. Para que isso ocorra, exacerba-se o caráter social e indiferenciado dos distintos trabalhos. A desvalorização das mercadorias e, portanto, do trabalho amplia o domínio do capital sobre o trabalho. A produção de mais-valor relativo afirma a potência do capital ao revolucionar as bases técnicas e a organização do trabalho.

“La producción del plusvalor relativo, pues, supone un *modo de producción específicamente capitalista*, que con sus métodos, medios y condiciones sólo surge y se desenvuelve, de manera espontánea, sobre el fundamento de la subsunción formal del trabajo en el capital. En lugar de la subsunción formal, hace su entrada en escena *la subsunción real del trabajo en el capital*.”¹²

A produção de mais-valor relativo tem como condição a desvalorização do valor da força de trabalho, o que exige não só o assalariamento, mas a queda, em valor, da remuneração da força de trabalho, através do progresso técnico e organizacional. Torna o capitalista ainda mais independente em relação ao trabalhador. Ao reduzir o trabalho necessário através do desenvolvimento das forças produtivas, o capitalista tem condições de reduzir o número de trabalhadores por uma determinada quantidade de dinheiro empregado no processo produtivo. Gestam-se condições de manter a exploração, afasta-se a possibilidade de escassez absoluta de força de trabalho. O trabalho torna-se redundante. A escassez de trabalho pode ser confinada a momentos de relativa intensidade de acumulação que, ao mesmo tempo, contém em si os elementos para a liberação de mais força de trabalho. O capital torna-se cada vez mais monopolizado e há possibilidade de um movimento permanente de potenciação da força de trabalho.

¹² Idem, *op. cit.*, 1975, cap. XIV, p. 618.

Se é certo que a acumulação do capital amplia o domínio do capital sobre o trabalho, a tendência é a generalização do mais-valor relativo. No entanto, há de se considerar que tal forma de produção de mais-valor, atrelada à ampliação da capacidade produtiva do trabalho é apenas uma das formas à disposição do capitalista, como já visto. É justamente por se tratar da forma mais específica do modo de produção capitalista, que a produção de mais-valor relativo, traduz-se em uma tendência: uma menor massa de novos valores será incorporada em cada mercadoria. Esse fato acarretará ações no sentido de afirmação (queda do valor das mercadorias, todavia mais intensa no valor da força de trabalho) e contraposição à tendência (busca da manutenção ou ampliação do valor das mercadorias a despeito da desvalorização da força de trabalho).

“En el marco de la producción capitalista, el desarrollo de fuerza productiva del trabajo tiene por objeto *abreviar la parte de la jornada laboral* en la cual el obrero *tiene que trabajar para sí mismo*, y precisamente por eso *prolongar la otra parte de la jornada laboral*, en la que aquél *tiene que trabajar de balde para el capitalista*. Hasta qué punto también se puede alcanzar este resultado sin abaratar las mercancías, es cosa que se pondrá de manifiesto al examinar los *procedimientos particulares de producción del plusvalor relativo*.”¹³

Será a força histórica da luta de classes que determinará, em última instância, sorte do capitalista no movimento de afirmação e contraposição à tendência. Razão de a existência da tendência não eliminar o imperativo do estudo das particularidades de cada momento histórico, subordinado a resultados, de certa forma, indeterminados. As leis sociais são, por definição, portulano da vida social¹⁴ e, não, a própria. Diz o poeta Fernando Pessoa: “navegar é preciso, viver não é preciso”, mas as dúvidas surgem quando se observa que a navegação também está sujeita às imprecisões das ações da tripulação, especialmente quando são, de fato, afirmação de ânimos antagônicos, como os do capitalista e os do trabalhador na embarcação a navegar nos mares da reprodução material.

É por isso que Marx alerta: “la relación capitalista, por lo demás, brota en un terreno económico que es un largo proceso de desarrollo. *La productividad alcanzada por el trabajo* en la que se *funda* aquella relación, no es un don de la naturaleza, sino de la historia.”¹⁵ O processo de

¹³ Idem, *op. cit.*, 1975, cap. X, p. 390.

¹⁴ Inspirada em Marx, a leitura da teoria social como portulano foi retirada da introdução de SAMPAIO Jr., P. A. *Entre a Nação e a Barbárie*, 1999. A citação de Fernando Pessoa também está em IASI, M. *O Dilema de Hamlet*, 2004, cap. 1. Contudo há divergência da interpretação do vocábulo “preciso” (aqui entendido como “relativo à exatidão” e no livro de IASI, M. como “relativo à necessidade”, o que altera radicalmente nossas interpretações do poema). A aproximação da mercadoria em MARX, K. à *Odisséia* de Ulisses, que pode levar ao resgate da imagem do portulano está resgatada no artigo de PAULA, J. A. “O Outubro de Marx” in *Nova Economia*, v. 18, n. 2, 2008, onde se fazem referências a KOSKIK, K. e também a FINLEY, M.

¹⁵ Idem, *op. cit.*, 1975, cap. XIV, p. 621.

valorização terá como forma especificamente capitalista a produção de mais-valor relativo, mas isso não impede a combinação de mais-valor absoluto e mais-valor relativo em distintos momentos da história. Não é sem explicação o fato de o Livro I de *O Capital* conter a seção “Produção de Mais-Valor Absoluto e Relativo” (Seção V), logo após às seções explicativas do mais-valor absoluto e do relativo, respectivamente, em seqüência. Será exatamente na Seção V do Livro I que Marx evidenciará as múltiplas possibilidades que as combinações entre prolongamento da jornada de trabalho, sua intensificação e ampliação da capacidade produtiva do trabalho realizada em dita jornada darão imensas possibilidades de produção de mais-valor, a despeito de sua tendência histórica geral.

Evidentemente, a despeito disso, a ampliação da capacidade produtiva do trabalho cumpre papel central: o barateamento das mercadorias permite a ampliação do domínio do capital, reduzindo, em valor, os seus elementos constitutivos e abrindo caminho para a monopolização crescente das condições de extração do mais-valor. A reprodução ampliada do capital com papel decisivo da concorrência, vai se traduzir, necessariamente, em concentração e centralização do capital, isto é, ampliação da escala de domínio de cada capitalista individual e expurgo dos capitais que não conseguem mover mais capital com menos trabalho. Sendo assim, é de se esperar, sob o regime capitalista, que a produção de mais-valor relativo ainda que não cumpra papel exclusivo, tenha função decisiva no processo de acumulação de capital.

É justamente na produção de mais-valor relativo que vão se acirrar as principais tendências do modo de produção especificamente capitalista. Como se alia ao crescimento do capital constante em relação ao variável, o mais-valor relativo vai potenciar o aumento da composição orgânica do capital. A depender de determinações particulares de produção, a elevação da composição em valor do capital pode ou não traduzir-se em uma maior massa de mais-valor. Em termos sintéticos, não está garantido, *ex-ante*, a produção de mais-valor em quantidade satisfatória às determinações da acumulação. A expansão desenfreada de exigências de mais-valor pela própria acumulação de mais-valor, a superprodução de capital, é intrínseca ao movimento do capital e está no cerne das manifestações de crise adjacentes à produção capitalista.

3. Lênin e a manifestação das tendências da produção capitalista

As constantes e repetitivas manifestações de crise por toda a história do modo de produção especificamente capitalista vão culminar em sua fase superior. Observemos sua trajetória histórico-espacial. Conforme elucida Hobsbawn, em sua obra *Da Revolução Industrial Inglesa ao*

Imperialismo, a partir da Revolução Industrial, a Inglaterra expande seu mercado interno, mas de maneira ainda mais virtuosa as suas exportações. Organiza-se um determinado padrão de comércio internacional: jovens nações européias e os EUA, no afã de reproduzir a industrialização, seguindo os passos da Inglaterra, importam mercadorias e recebem capitais britânicos. Consolida-se um mercado mundial, como reflexo dos desdobramentos do processo de acumulação de capital:

“É óbvio que nem toda a economia mundial podia ser transformada em tal espécie de sistema planetário a girar em torno do sol econômico da Grã-Bretanha, pelo menos porque a Grã Bretanha não era a única economia desenvolvida ou em industrialização. As demais economias adiantadas (...) eram, naturalmente, parceiros comerciais da Grã-Bretanha e, na realidade, clientes potencialmente mais importantes para seus produtos que o mundo subdesenvolvido, por serem, a um só tempo mais ricas e mais dependentes da compra de manufaturas.”¹⁶

Uma vez que algumas nações logravam forças para se industrializar, tinham que se aproximar da Inglaterra e, desse modo, obter mercadorias que compunham, sobretudo, elementos do capital constante – sobretudo no que se refere à parcela desse correspondente ao capital fixo (vale dizer, máquinas e equipamentos). Uma vez tendo sucesso no processo de industrialização, o antigo parceiro tomava atitudes protecionistas, fortalecia-se a indústria e reduziam-se as importações de produtos ingleses. Sendo assim, a parcela do mercado mundial relacionada aos países em industrialização era, sobretudo, parte subsidiária do processo de desenvolvimento das forças produtivas e da disseminação das relações capitalistas de produção, determinado à época, por restritos casos nacionais de industrialização¹⁷.

A generalização da Revolução Industrial por parte da Europa e sua extensão aos EUA representam, em termos gerais, a generalização da produção de mais-valor e suas contradições. Como resultado esperado desse processo, as manifestações de crise (que eram constantes nas décadas de 1850 e 1860, ainda ficando circunscritas, predominantemente à Inglaterra) generalizam-se na conjuntura do ano de 1873 e desembocam na Grande Depressão, que se segue até o ano de 1896. “Após 1873 a situação do mundo ‘avançado’ foi de rivalidade entre os países desenvolvidos; e além disso, entre países com relação aos quais somente a Grã-Bretanha tinha interesse essencial em total liberdade de comércio.”¹⁸ Essa rivalidade desenrolava-se, contudo, em um primeiro momento, sob um baixo grau de integração dos países industrializados com aqueles não-

¹⁶ HOBBSBAWN, E. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo* [1968, 1969], 2009, p.127.

¹⁷ Veja-se idem, *op. cit.*, 2009, p. 127-128.

¹⁸ Idem, *op. cit.*, 2009, p. 129.

industrializados, à exceção da Inglaterra. “Nem os Estados Unidos, nem a Alemanha, nem a França dependiam em grau substancial de volumosas importações de alimentos e matérias primas.”¹⁹

No entanto, conforme esperado, houve ampliação do potencial (e das exigências) de acumulação e elevação da composição orgânica do capital. Tal fato significou, inevitavelmente, a construção de novos ramos de produção ligados ao capital constante, assim como o crescimento das escalas de produção. A base energética foi alterada: a energia a vapor foi substituída por energia a combustão e, desse modo, ampliou-se ainda mais a capacidade de acumulação. O domínio do capital sobre o trabalho avançou e, assim, surgiram novas e elevadas exigências de valorização.

Desta feita, a Revolução Industrial evoluiu técnica, espacial e temporalmente, em uma progressiva subordinação do trabalho ao capital e, com ela, as manifestações da crise estrutural do modo de produção capitalista. As necessidades de se valorizar o valor são levadas aos máximos limites possíveis e nada garante que as possibilidades objetivas de sua concretização acompanhem seu ritmo. Concomitantemente, e em resposta à esse processo, intensifica-se a concentração/centralização do capital, ou seja, reafirmam-se as tendências do processo de acumulação. Reside aí a origem do *excedente de capital* a que Lênin chama atenção:

“El desarrollo desigual, a saltos de las distintas empresas y ramas de la industria y de los distintos países es inevitable bajo el capitalismo (...) En el umbral del siglo XX asistimos a la formación de monopolios (...): primero, uniones monopolistas de capitalistas en todos los países de capitalismo desarrollado; segundo, situación monopolista de unos pocos países ricos, en los cuales la acumulación de capital había alcanzado proporciones gigantescas. Se produjo un enorme ‘excedente de capital’ en los países avanzados.”²⁰

O mercado mundial vai se transformar em um espaço de predominância das exportações de capital, passando a articular as potências capitalistas. De um lado, o imperialismo e sua demanda inesgotável de mais-valor. De outro, oportunidades mundiais proporcionadas por um mercado mundial minimamente integrado, a partir da liderança inglesa, com inclusão de infantis nações periféricas e colônias. Elevadas e renovadas exigências de valorização, construídas sob a grande finança (representada por bancos e mercados e capitais) culminam em extroversão ampliada do capital:

“La necesidad de la exportación de capitales la determina el hecho de que una serie de países atrasados han sido ya a la circulación del capitalismo mundial, han sido construidas las principales líneas ferroviarias o se ha iniciado su construcción, se han asegurado las condiciones elementales de

¹⁹ Idem, *ibidem*.

²⁰ LENIN, V. I. *op. cit.*, 1961, pp. 396-397.

desarrollo de la industria, etc. La necesidad de la exportación de capitales obedece al hecho de que en algunos países el capitalismo ha ‘madurado excesivamente’ y al capital (...) le falta campo para su colocación ‘lucrativa’.”²¹

Relações mais complexas afirmam-se no interior do regime do capital. Lênin constata que as sucessivas mudanças quantitativas resultantes do processo de reprodução ampliada do capital transfiguram-se em mudanças qualitativas, que dizem respeito a uma nova fase de ampliação do domínio do capital sobre o trabalho, como resultado de três tendências: aumento das escalas de produção com a disseminação de monopólios; centralização do capital com papel central do crédito e do grande capital bancário; e mundialização dos fluxos de capitais, sobretudo empréstimos e investimentos diretos vinculados à importação de mercadorias do centro para a periferia e à exportação de mercadorias da periferia para as potências capitalistas. Para a compreensão dessa nova fase, Lênin associa:

“o desenvolvimento do capitalismo à gênese do capitalismo monopolista; a gênese do capitalismo monopolista à dominação de uma oligarquia financeira e ao aparecimento de uma aristocracia operária; as leis de movimento do capitalismo monopolista ao aparecimento do imperialismo como padrão de relacionamento que preside a economia mundial; a caracterização do imperialismo como regime de transição à formação das bases objetivas para a construção do socialismo; o zênite do mundo burguês ao avanço da barbárie; a impossibilidade de reformar o imperialismo à revolução socialista como única alternativa que pode barrar o avanço da barbárie capitalista.”²²

É dentro dessas associações que ganharão novo sentido e complexidade as relações entre potências e as nações dependentes e coloniais, evoluindo-se para formas, ao mesmo tempo, mais imbricadas e hierárquicas de relacionamento. O fundamental do movimento do imperialismo é uma nova “definição dos nexos orgânicos de mútua determinação entre o padrão de acumulação e o padrão da luta de classes”²³. A partir do que Lênin chamou de estados rentistas²⁴, bancos, mercados financeiros e monopólios utilizam seu “excesso de capital potencial” anexando, direta ou indiretamente, novos territórios no centro e na periferia²⁵, em que pese sua sobreposição aos processos de emancipação de jovens nações (em muitos casos forçando, inclusive, a reversão mesmo dos processos formais, como é o caso de Cuba no limiar do século XX)²⁶.

²¹ Idem, *op. cit.*, 1961, p. 397.

²² SAMPAIO Jr., P. A. *Por Que Voltar a Lênin?* Imperialismo, barbárie e revolução – estudo introdutório, mimeo, 2008, item III.

²³ Idem, *ibidem*.

²⁴ LENIN, V. I. *op. cit.*, 1961, p. 412.

²⁵ Idem, *op. cit.*, 1961, p. 402.

²⁶ Para uma síntese dos dilemas cubanos nessa fase, veja-se FERNANDES, F. *Da Guerrilha ao Socialismo: a revolução cubana* [1979], 2007, cap. “Passado colonial e neocolonial”, pp. 50-85. Para uma análise dos impactos econômicos do

A expansão do capital redefine, nessa fase, a expansão do poder de Estados e dá novo significado ao imperialismo como fase do capitalismo, em oposição aos antigos impérios e “imperialismos” (anteriores ao modo de produção especificamente capitalista). É o predomínio dos monopólios na ânsia de reservar mercados, matérias-primas e territórios estratégicos que dão a tônica desse processo²⁷. Os monopólios, por sua vez, são condicionados por seus efetivos controladores, a oligarquia financeira²⁸. Concretiza-se, pois, a fusão entre a grande finança e a grande indústria.²⁹ À essa fusão corresponderá um novo mundo partilhado, representando a maturidade do modo de produção capitalista em escala mundial. A evidente transformação crescente do mais-valor em nada mais do que mecanismo para assegurar a abundância de uma classe improdutiva, a oligarquia financeira declara também o avanço de sua decomposição escancarando o caráter transitório do regime capitalista.³⁰

À centralização do capital promovida pelo padrão de acumulação liderado pela oligarquia financeira – ainda que calcada na expansão da produção de mais-valor – corresponde a centralização do poder mundial. “La superestructura extraeconómica que se levanta sobre la base del capital financiero, la política, la ideología de éste, refuerza la tendencia a las conquistas coloniales.”³¹ Destarte, a teia de dominação-dependência ganha profundidade em termos de fluxos de capital, novas frentes de acumulação, novas relações sociais de produção, assim como se reconstrói uma nova geopolítica. O desenvolvimento desigual e combinado sob liderança do capital exhibe-se na totalidade, refletindo assimetrias cada vez mais agudas entre classes, continentes, países e regiões infra-nacionais:

“Puestos a hablar de la política colonial de la época del imperialismo capitalista, es necesario haber notar que el capital financiero y la política internacional correspondiente, la cual se traduce en la lucha de las grandes potencias por el reparto económico y político del mundo, originan abundantes formas *transitorias* [no mesmo sentido de transitoriedade do imperialismo, FHLR,] de dependencia estatal. Para esta época son típicos no sólo los grupos fundamentales de países – los que poseen colonias y las colonias –, sino también las formas variadas de países dependientes que desde un punto de vista formal, político, gozan de independencia, pero que en realidad se hallan envueltos en las redes de la dependencia financiera y diplomática.”³²

domínio estadunidense sobre Cuba na fase do imperialismo veja LE RIVEREND, J. *Historia Económica de Cuba* [1971], 1981, pp.453-545.

²⁷ Idem, *op. cit.*, 1961, p. 405.

²⁸ Idem, *op. cit.*, 1961, p. 408.

²⁹ Idem, *ibidem*.

³⁰ Idem, *op. cit.*, 1961, p. 412.

³¹ Idem, *op. cit.*, 1961, p. 406.

³² Idem, *ibidem*.

É no segundo caso que se situa a América Latina. Quanto mais se aproxima o século XX, mais a região passa a receber intensos fluxos de capitais, destinados ao financiamento da produção de meios de subsistência e matérias-primas. Acompanha essa nova etapa de relações de dependência, fluxos destinados a financiar dívidas acumuladas durante o processo de emancipação, seja em razão de guerras, seja em razão de acordos comerciais herdados da situação colonial. Não menos importante é a criação de endividamento adicional proporcionada por desequilíbrios comerciais estruturais, frutos da importação de bens industrializados e da exportação dos já referidos bens fundamentais para a subsistência dos trabalhadores e matérias-primas para a indústria das potências.

“No nível da circulação, as saídas de capitais dos países subdesenvolvidos parecem anular o movimento inverso, ao qual faz referência a noção de exportação de capitais. Na verdade exportação de capitais e saldos negativos para os países subdesenvolvidos são dois aspectos do movimento do capital em escala mundial e, entre esses aspectos, a exportação de capitais é o aspecto dominante.”³³

Todavia, para além do nível da circulação, o imperialismo forçará o revolucionamento das relações sociais de produção nas economias periféricas³⁴, movimento iniciado em fase anterior, a depender da força do movimento de integração ao mercado mundial. Torna-se mister entender o sentido das transformações das nações pela ação do capital em sua fase superior. É o que faremos na próxima seção.

4. Marini e a superexploração do trabalho como fundamento da dependência

O imperialismo encontra a América Latina já modificada pela formação do mercado mundial. A Revolução Industrial, a consolidação da Inglaterra como nação hegemônica, sobretudo a partir da derrota de Napoleão Bonaparte, colocou a possibilidade de nexos comerciais e financeiros entre britânicos e latino-americanos sem a mediação das antigas potências coloniais, Espanha e Portugal. Tais nexos já possuíam um caráter predominantemente formal desde o século XVIII, quando as manufaturas inglesas dominaram a própria península ibérica e a marinha inglesa dominou o comércio transoceânico, formando-se o império inglês. A passagem da fase colonial ao mercado mundial sob comando do modo de produção capitalista foi um desdobramento esperado do desenrolar do concerto europeu no início do século XIX. No entanto, a corrente de comércio era

³³ SILVA, S. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil* [1976], 1995, p. 30.

³⁴ Veja-se a importância da análise desse revolucionamento para o entendimento do próprio imperialismo em idem, *op. cit.* pp. 23-27.

mais baixa entre a Inglaterra e a América Latina quando se comparava com as relações entre a potência hegemônica de então e as futuras potências do início do século XX, conforme já alertamos, baseando-se em Hobsbawn.

O momento histórico da emancipação política das nações latino-americanas explode com condições precárias das colônias, de maneira geral, pois o esgotamento das fontes de metais preciosos era o quadro de regiões que deram origem a México, Peru e Brasil. As demais regiões da América Latina eram praticamente arrastadas pela vida econômica dos locais de intensa mineração (e nesse caso, importavam sua decadência) ou se tratavam de lugares em que predominavam o atavismo, baixo grau de monetização e precárias condições materiais. É por isso que, ainda que fossem reduzidos os fluxos comerciais e financeiros nos termos relativos à Inglaterra, a conexão ao mercado mundial oriundo da era específica modo de produção capitalista traduzia-se em dinamismo, ainda mais em um momento que, como dissemos havia pesados fardos financeiros a serem carregados pelos recém-fundados Estados.

Do lado da Inglaterra, Marini nos explica: “A inserção da América Latina na economia capitalista responde às exigências da passagem para a produção de mais-valia relativa nos países industriais.”³⁵ Como vimos anteriormente, a partir de Marx, para a produção de mais-valor relativo, para isso é fundamental a desvalorização da força de trabalho, através da desvalorização das mercadorias que compõem o consumo socialmente reconhecido como indispensável ao trabalhador e que determina, em valor, a quantidade de trabalho necessário contida nas mercadorias. As regiões produtoras de alimentos aliam-se à produção de mais-valor relativo quando atuam no sentido de redução do trabalho necessário. Como parte significativa dessa produção situa-se na América Latina, a inserção do continente, de maneira geral, no mercado mundial responderá à necessidade, principalmente da Inglaterra, em seu processo de industrialização em etapa decisiva, de desvalorizar o valor do capital variável e reforçar, ainda mais, a acumulação de capital.³⁶

Ao mesmo tempo, a potenciação da acumulação, como também já visto, amplifica a crise de superprodução de capital. Destarte, as regiões produtoras de elementos do capital constante também cumprirão papel fundamental no processo de industrialização do centro, contudo no sentido da contraposição à tendência geral, barateando mercadorias fundamentais do capital constante, as matérias-primas, correspondentes à parte circulante do trabalho pretérito consumido produtivamente por trabalhadores no processo de valorização do capital.³⁷ “A América Latina não só alimenta a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais, mas também contribui para que

³⁵ MARINI, R. M., *op. cit.*, 2005, p. 145.

³⁶ *Idem, op. cit.*, 2005, p. 147.

³⁷ *Idem, op. cit.*, 2005, p. 148.

sejam superados obstáculos que o caráter contraditório da acumulação de capital cria para essa expansão.”³⁸

A entrada da América Latina, todavia, é marcada por uma assimetria. Há uma disparidade permanente entre os valores das mercadorias trocadas entre a região e o centro capitalista (Inglaterra e nações em processo de industrialização). Tal fato aparece como um desequilíbrio na balança comercial que Marini atribui a uma troca desigual em valor, imposto pelas potências.

“Não é porque foram cometidos abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram débeis, é porque eram débeis que se abusou delas. Não é tampouco porque produziram além do necessário que sua posição comercial se deteriorou, mas foi a deterioração comercial que as forçou produzir em maior escala. Negar-se a ver as coisas dessa forma é mistificar a economia capitalista internacional, é fazer crer que essa economia poderia ser diferente do que realmente é.”³⁹

A desvalorização permanente das mercadorias produzidas por nações periféricas converte-se em perverso mecanismo de ampliação do mercado mundial. Se não se recorre a explicação, meramente vinculada à circulação, de que o abarrotamento das matérias-primas e alimentos é causado por uma “super-oferta” que se ajusta via preços a um “subconsumo”, deve-se buscar uma explicação através do movimento do valor, o que nos coloca em foco a produção das mercadorias. Como a elevação da composição orgânica do capital é impossível na produção de alimentos e matérias-primas, dado o baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas e seu difícil (para não dizer impossível) acesso via comércio internacional, a permanência de excedentes produzidos fora das relações de assalariamento herdadas do período colonial explica o caso mais geral da América Latina. No entanto, à medida que a integração das nações latino-americanas se aprofunda, a permanência desse expediente demonstra-se inconveniente, sobretudo por seu alto custo de reprodução da força de trabalho, o que se traduz em um baixo excedente. A progressiva acumulação de capital nas nações centrais e a constituição do imperialismo vão forçar necessariamente a passagem das relações sociais de produção na periferia ao assalariamento.

É quando se chega a constituição do imperialismo que a situação se torna mais aguda. De um lado, tanto os processos de formação das potências quanto a criação de uma superpopulação relativa expulsam trabalhadores da Europa. De outro, a exportação de capitais e a ampliação do mercado mundial reforçam a necessidade da acumulação. Por fim, a permanência da troca desigual permanece como mediadora das relações entre centro e periferia, à medida que a produção de mais-valor relativo avança nas potências capitalistas.

³⁸ Idem, *ibidem*.

³⁹ Idem, *op. cit.*, 2005, p. 150.

O assalariamento nas economias latino-americanas, contudo, é um processo que guarda semelhante meramente formal ao fenômeno observado no capitalismo central. Trata-se de um mecanismo de compensação das perdas em valor provocadas pela troca desigual que condiciona o aprofundamento de sua inserção no mercado mundial. Desse modo, à medida que avança a exportação de capitais, generalizam-se as relações sociais de produção assalariadas na periferia, mas em um determinado sentido: garantir a permanência de um elevado mais-valor, a despeito da não introdução de avanços técnicos (refletindo-se em elevação da composição orgânica do capital). Como a produção de mais-valor relativo é impossível recorre-se a três expedientes: i) aumento da intensidade do trabalho com maior exploração do trabalhador; ii) ampliação da jornada de trabalho com maior tempo de trabalho excedente; iii) redução do consumo operário além de seu limite normal, que é o pagamento de salários abaixo de seu valor socialmente estabelecido⁴⁰. Os dois primeiros mecanismos são formas de produção de mais-valor absoluto e o último dos recursos é previsto inclusive no centro como forma de gerar um fundo de acumulação em situações excepcionais. Todos são fatores de contraposição à tendência no modo de produção capitalista. Entretanto tornam-se regra nas economias dependentes.

“não é a rigor necessário que exista a troca desigual para que comecem a operar os mecanismo de extração de mais-valia mencionados; o simples fato da vinculação ao mercado mundial, e a conversão da produção de valores de uso em valores de troca que isso acarreta tem como resultado um afã por lucro que se torna tanto mais desenfreado quanto mais atrasado é o modo de produção existente. (...) O efeito da troca desigual é – à medida que coloca obstáculos a sua plena satisfação – o de exacerbar esse afã por lucro e aguçar portanto os métodos de extração de trabalho excedente.”⁴¹

O estabelecimento dos três mecanismos de maneira permanente para produção de mais-valor configura a especificidade das economias periféricas: a superexploração do trabalho é o fundamento da dependência. Eleva-se simultaneamente o mais-valor e o lucro, ausente das contradições típicas da produção de mais-valor baseado na elevação da composição orgânica do capital. É a partir da atividade exportadora de mercadorias, reforçada pelos excedentes de capitais aqui aportados, que se dissemina a superexploração a partir de uma pressão maior pela produção de mais valor. A superexploração substitui, de “maneira eficiente” de relações coloniais de produção. Assim como a inserção das economias dependentes no mercado mundial contribui para o mais-valor relativo nas potências capitalistas, a superexploração contribui para a ampliação do mais-valor na periferia do capitalismo. A valorização só é possível nessas condições porque conta com o mercado ampliado do imperialismo. “É o movimento real da formação do capitalismo dependente: da circulação à

⁴⁰ Baseado em idem, *op. cit.*, 2005, p. 154.

⁴¹ Idem, *op. cit.*, 2005, pp. 155-156.

produção, da vinculação ao mercado mundial ao impacto que isso acarreta sobre a organização interna do trabalho, para voltar então a recolocar o problema da circulação.”⁴²

Com a superexploração, a atrofia do mercado interno torna-se condição permanente das economias dependentes. O consumo da classe trabalhadora é de baixa relevância. A despeito de a situação ser semelhante nas economias centrais, na periferia é a intensidade desse fenômeno, e sua permanência ao longo da história, que vai demonstrar, de fato, uma deformação específica. Nas potências capitalistas, o consumo da classe trabalhadora pelo menos tem importância para alguns ramos de produção que constituem o departamento de bens de consumo assalariado e, portanto, criam demanda adicional para o departamento de bens de produção, garantindo mercado para o último, ainda que pese o surgimento de um departamento de consumo capitalista de maneira cada vez mais pujante, como aliás demonstrou Kalecki⁴³. No caso do centro capitalista, o desenvolvimento do departamento de bens de produção e sua demanda endógena é que serão determinantes na criação de mercados, tratando-se de uma consequência da produção de mais-valor relativo. Por seu turno, partindo de uma circulação que se resolve no centro, na periferia, o baixo nível de consumo da classe trabalhadora podem ser levados ao paroxismo, implicando em uma subsistência extremamente problemática: o desgaste exacerbado das faculdades físicas e mentais determinam uma baixa sobrevida ao trabalhador ou sua sobrevida em condições de ínfima qualidade.

“O dramático para a população trabalhadora da América Latina é que (...) a existência de reservas de mão-de-obra indígena (como no México), ou os fluxos migratórios derivados do deslocamento de mão-de-obra européia, provocado pelo progresso tecnológico (como na América do Sul) permitiram aumentar constantemente a massa trabalhadora, até o início do século XX. Seu resultado tem sido o de abrir o livre curso para a compressão do consumo individual do operário e, portanto, para a superexploração do trabalho.”⁴⁴

O processo de desenvolvimento das economias latino-americanas, portanto, assenta-se sob condições precárias da classe trabalhadora e seu vai se desenrolar sobre esse base. A economia dependente “é uma formação social baseada no modo de produção capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias.”⁴⁵ Cria-se um ciclo que se inicia-se a circulação de mercadorias que se concretiza nas potências capitalistas e termina-se com o reforço

⁴² Idem, *op. cit.*, 2005, p. 161.

⁴³ KALECKI, M. “As equações marxistas de reprodução e a economia moderna” [1968] in KALECKI, M. *Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas* [1977], 1983, pp. 1-9. A circulação do capital está em foco em MARX, K. *El Capital: crítica de la economía política* – Tomo II [1885], 1976(a).

⁴⁴ MARINI, R. M. *op. cit.*, 2005, p. 164.

⁴⁵ Idem, *ibidem*.

desse movimento, daí o desenvolvimento do subdesenvolvimento, anteriormente enunciado por Gunder Frank⁴⁶.

5. Imperialismo e superexploração: formas superiores da mundialização do capital

O imperialismo não é uma conjuntura da história do modo de produção especificamente capitalista, senão constitui-se em concretização de suas tendências principais. Constrói-se a partir da generalização da produção de mais-valor, da predominância do mais-valor relativo e da ampliação da composição orgânica do capital. É expressão da expansão do modo de produção capitalista e da centralização de capital que brota da concorrência. É com o avanço da reprodução ampliada do capital e dos revolucionamentos intrínsecos a tal processo que a grande finança e os monopólios, fundidos no capital financeiro, permitem uma fase superior e mundializada do capital. A superexploração do trabalho é a forma histórica que assumem as relações sociais de produção nas sociedades de passado colonial e que se integram no movimento de formação do mercado mundial e consolidam sua inserção já na fase superior do capitalismo. A consolidação das formas mais sofisticadas de exploração do trabalho nas potências capitalistas é a consolidação da superexploração do trabalho nas economias dependentes.

Partimos da noção de que o imperialismo é uma categoria que emerge de uma “elaborada metodologia de análise das leis de movimento do capitalismo e da luta de classes na era dos monopólios, bem como uma interpretação, de caráter estrutural, sobre o significado histórico do imperialismo como regime de transição do capitalismo para o socialismo”⁴⁷. Desse modo, enquanto perdurar o modo de produção capitalista, enquanto perdurar a transitoriedade, persistirão as mesmas leis de movimento. A análise de Lênin permanecerá como portulano para o entendimento da contemporaneidade.

Da mesma forma, se a história contemporânea desenrola-se na fase superior do modo de produção especificamente capitalista, a dialética da dependência permanece. A expansão das formas mais complexas de exploração originarão formas mais complexas de superexploração. Constrói-se, pois, uma lei de movimento das economias dependentes e a análise de Marini é uma das cartas-portulano para a compreensão da contemporaneidade na periferia.

⁴⁶ GUNDER FRANK, A. *Capitalismo e Subdesarrollo en América Latina*[1970], 1974, cap. III.

⁴⁷ SAMPAIO Jr., P. A. *op. cit.*, 2008, item III.

Evidentemente, formas mais complexas surgiram durante o século XX na América Latina, sobretudo quando algumas economias da região ascendem à fase da industrialização. Mas, como alertou Marini, trata-se de uma industrialização nos marcos da superexploração do trabalho, guardando uma cínica similaridade com os processos de industrialização das economias centrais⁴⁸. A produção e exportação de mercadorias de baixo valor continuarão a viger, mas agora travestidas de atividades financiadoras do processo de industrialização. As próprias relações sociais de produção dentro das empresas transnacionais, que se transferem para liderar a indústria latino-americana terão como base a superexploração e, não, sua negação. Nas palavras de Charles Albert Michalet em *O Capitalismo Mundial*:

“O desenvolvimento desigual é a base da diferenciação das taxas de mais-valia e, conseqüentemente, da internacionalização do processo produtivo. (...) Os grupos capitalistas são veículos da internacionalização do processo de produção nos países subdesenvolvidos, (...) constituem um elemento essencial do imperialismo, não só porque são agentes importantes da circulação internacional do dinheiro, mas também – e fundamentalmente – porque organizam uma nova divisão do trabalho em escala mundial.”⁴⁹

A crise do capital que se segue ao processo de formação da economia mundial do pós-guerra, contudo, renova o imperialismo uma vez mais, ampliando seu sentido de subordinação das economias dependentes às potências capitalistas. A partir dos anos 1970, gesta-se na economia mundial um padrão de acumulação predominantemente comandado por mais complexas finanças. Será viabilizado por derrotas constantes das classes trabalhadoras nas potências capitalistas, que haviam logrado impor algumas vitórias entre 1945 e 1970, diante da organização proporcionada no período da Segunda Guerra Mundial e da ameaça vermelha representada pelas economias planificadas.

O capital – valendo-se de suas formas dotadas de ampla mobilidade (forma e espaço)⁵⁰ – impõe-se na luta de classes e passa a ditar transformações que prolongar-se-ão até a conjuntura da primeira década do século XXI. Segundo François Chesnais:

“Os processos de centralização e de concentração acelerada do capital e o novo salto na acentuação da polarização da riqueza, comuns tanto no ‘Norte’ quanto no ‘Sul’, onde esta última sempre foi muito forte, mas foi ainda mais agravada. O regime internacional da mundialização do capital reforçou em todos os lugares os direitos de propriedade e os mecanismos de apropriação fundados sobre a exploração do trabalho ou as arrecadações rentistas. (...) Em setores preciosos do ‘Sul’ – os

⁴⁸ MARINI, R. M. *op. cit.*, 2005, p. 174.

⁴⁹ MICHALET, C.A. *O Capitalismo Mundial* [1976], 1984, p. 100.

⁵⁰ PRADO Jr, C. *Esboços dos fundamentos de teoria econômica* [1957], 1966, caps. 7-8.

bancos e os serviços financeiros, a agroindústria, as minas e os metais básicos – constata-se uma acentuação análoga na centralização e concentração do capital”⁵¹

Esse fato ocorre porque no capitalismo contemporâneo, de maneira mais pronunciada do que em outros momentos históricos, o modo de produção especificamente capitalista, vale-se não apenas da valorização específica do capital, ou seja, a produção de mais-valor, mas de outras formas possíveis de valorização. Trata-se do que Chesnais chamou de recorrer ao capital em geral, baseado nos esboços dos fundamentos da crítica da economia de Marx:

“fortalecido pela liberdade de movimento que ele recuperou em escala planetária e submetido às exigências de rentabilidade impostas pela nova forma de acionistas nascida dos fundos de pensão e de aplicação financeira (...), o capital afirma hoje, a um grau jamais atingido antes, os atributos que o fazem ‘valor em processo’, uma força impessoal voltada exclusivamente para sua autovalorização e autorreprodução. Esses atributos são autorizados *conjuntamente* pela proeminência de uma forma determinada de capital, aquela que se valoriza segundo ciclo D – D’, sobre as outras formas [aparentes, FHLR,] de capital.”⁵²

As formas predominantes de capital, que forcem o movimento do capital para a obtenção de uma valorização em geral, baseiam-se, ademais, no capital fictício, potencializado pelo capital financeiro em nível ímpar de atuação. O capital reificado, mercadorizado e fetichizado ganha um movimento de autonomia relativa. O capital fictício “designa os títulos que foram emitidos no momento dos empréstimos em dinheiro a entidades públicas ou a empresas ou como expressão da participação dos primeiros participantes no financiamento do capital de uma empresa.”⁵³

A despeito de parecerem uma saída para a superprodução de capital, que acompanha todo processo histórico de desenvolvimento do modo de produção capitalista, os limites desse expediente são evidentes. A valorização fictícia não deixa de ser o que o termo significa, a simulação da valorização, desenrolar expectacional e de difícil, para não dizer impossível, concretização a longo prazo.

“No momento de *crashes* e outras crises de mercado financeiro, esse caráter fictício dos títulos se revela e se desvaloriza às custas de seus detentores. Mas anteriormente esses títulos podem ter servido de fundamento a operações que somente fizeram a ficção ampliar. Eles puderam ser contabilizados como ativo no balanço dos bancos, utilizados por uma empresa como meio para

⁵¹ CHESNAIS, F. “A proeminência da finança no seio do ‘capital em geral’, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital” In CHESNAIS, F. et al. *Finança Capitalista*, 2010, p. 168.

⁵² CHESNAIS, F., *op. cit.*, 2010, p. 98.

⁵³ CHESNAIS, F., *op. cit.*, 2010, p. 99.

‘pagar’ a compra de outra no quadro de uma fusão, ou no caso de particulares, colocados como caução para fim de empréstimos”⁵⁴

O mercado mundial se metamorfoseou em mundialização das exportações de capital (e transformações adjacentes nas relações sociais no limiar século XX), para depois se transformar em internacionalização da produção. Agora, na passagem do século XX para o XXI, agrega a esse movimento de múltiplas determinações, a mundialização comandada pela valorização fictícia e seus desdobramentos. Resulta em uma pressão adicional sobre a acumulação de capital e a busca permanente por formas de valorização, a despeito das condições de produção mais-valor relativo. No caso das economias periféricas, envoltas nas diversas formas de mundialização vinculadas à superexploração do trabalho, resulta-se em reforço da superexploração e não em sua negação. É partir disso que se pode voltar à observação de Marini de que a consequência da dependência deve ser mais dependência e sua superação exige a supressão do modo de produção capitalista. O desenrolar da crise do capital aprofunda a posição subalterna das nações periféricas e, não, como se sugere vulgarmente, à sua integração ao restrito rol das potências capitalistas.

6. À guisa de conclusão

Vários níveis de abstração foram colocados para montar nosso argumento que consiste, em essência, em três claros pilares. O primeiro deles, baseado n’*O Capital* de Marx, é o que a tendência do modo de produção capitalista é lastrear sua valorização na produção de mais-valor e na ampliação da capacidade produtiva do trabalho, mas não se trata de uma tendência abstrata, exata e unívoca. Formas adicionais de produção de mais-valor surgem de acordo com os padrões de acumulação vigentes e as correlações de força estabelecidas na luta de classes. Tal fato, no entanto, não impede o desenrolar da crise estrutural do capital: a superprodução do próprio capital ou superacumulação.

O segundo dos pilares é o de que a tendência do modo de produção capitalista é a de gerar, através da superacumulação, novas formas de expansão e mundialização. Essa mundialização tem, em termos gerais, após um movimento mais simples de formação de um mercado mundial de mercadorias, um desdobramento em três fases: a gênese do imperialismo a partir do excesso de capital (Lenin), o seu desdobramento em internacionalização da produção durante o século XX

⁵⁴ Idem, *ibidem*.

(Michalet) e a mundialização do capital comandada pelo capital fictício e concretizado por suas formas mais gerais de valorização na transição do século XX para o século XXI (Chesnais).

O terceiro dos pilares parte da solidez da proposição teórica de Marini. Essa entende a superexploração do trabalho como fundamento da reprodução da dependência em suas diversas fases históricas escancarando os limites emancipatórios sob o regime burguês. Os limites atuais da acumulação, que comandam a mundialização do capital, antes reforçam a superexploração do que a negam. Os limites da reprodução material sob o capital (e da mundialização dessa relação social) geram, portanto, menos abundância e formas civilizadas do que uma visão romântica poderia supor.

Referências Bibliográficas

CARCANHOLO, M. D. “A importância da categoria valor de uso em Marx” in *Pesquisa e Debate*, volume 9, número 2. São Paulo: PUC, 1998

CHESNAIS, F. “A proeminência da finança no seio do ‘capital em geral’, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital” In CHESNAIS, F. et al. *Finança Capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010.

FERNANDES, F. *Da Guerrilha ao Socialismo: a revolução cubana* [1979]. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GUNDER FRANK, A. *Capitalismo e Subdesarrollo en América Latina*[1970]. Buenos Aires (Argentina): Siglo Veintiuno, 1974 (3ª edição).

HOBBSBAWN, E. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo* [1968, 1969]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009 (5ª edição).

IASI, M. *O Dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência*. São Paulo: Viramundo, 2004.

KALECKI, M. “As equações marxistas de reprodução e a economia moderna” [1968] in KALECKI, M. *Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas* [1977]. São Paulo: Hucitec, 1983 (2ª edição).

LENIN, V. I. “El Imperialismo, fase superior del capitalismo” [1917] in LENIN, V. *Obras Escogidas en 3 Tomos*, Tomo I. Moscou (Rússia): Edições Progresso, 1961.

MANDEL, E. *O Capitalismo Tardio* [1972]. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

- MARINI, R. M. “Dialética da dependência” [1973] in STEDILE, J. P. et al *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- _____. “Socialismo e Democracia” [1993] in STEDILE, J. P. et al *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto Comunista* [1848]. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K. *El Capital: crítica de la economía política – Tomo I* [1867]. México (México): Siglo Veintiuno, 1975.
- _____. *El Capital: crítica de la economía política – Tomo II* [1885]. México (México): Siglo Veintiuno, 1976(a).
- _____. *El Capital: crítica de la economía política – Tomo III* [1894]. México (México): Siglo Veintiuno, 1976(b).
- MICHALET, C. A. *O Capitalismo Mundial* [1976]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- PRADO Jr., C. *História Econômica do Brasil* [1945, 1970, 1976]. São Paulo: Brasiliense, 2006 (47ª reimpressão).
- _____. *Esboços dos fundamentos de teoria econômica* [1957]. São Paulo: Brasiliense, 1966 (4ª edição).
- PAULA, J. A. “O Outubro de Marx” in *Nova Economia*, volume 18, número 2. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- SAMPAIO Jr., P. A. *Entre a Nação e a Barbárie*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- _____. *Por Que Voltar a Lênin? Imperialismo, barbárie e revolução – estudo introdutório*, mimeo, 2008.
- SILVA, S. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil* [1976]. São Paulo: Alfa e Ômega, 1995 (8ª edição).
- RIVEREND, J. *Historia Económica de Cuba* [1971]. Havana (Cuba): Pueblo y Educación, 1981 (4ª edição, 1ª reimpressão).